

CLIPPING IMPRESSO

08/07/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	1 - 3
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. CNJ.....	4
2.2. PROJETO CASA DA CRIANÇA.....	5 - 7

Protesto

Associação lança carta aberta à bancada federal

POLÍTICA 3

AMMA lança Carta Aberta à bancada federal contra a Reforma da Previdência

De acordo com entidade, relatório final foi aprovado na Câmara Federal sem considerar um único destaque em favor dos trabalhadores públicos do país

Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) lançou uma carta dirigida aos deputados federais maranhenses, manifestando insatisfação com a aprovação do relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), na Comissão Especial da Câmara Federal, com as medidas que tratam da Reforma da Previdência.

Na carta, a AMMA lamenta que, apesar do permanente canal de diálogo entre a magistratura e o Parlamento, o relatório final foi aprovado sem considerar um único destaque em favor dos trabalhadores públicos, retirando e reduzindo direitos previdenciários. A entidade pede que os deputados federais do Maranhão considerem os apelos dos servidores públicos.

De acordo com a nota assinada pelo presidente da AMMA, Angelo Santos, apesar da disposição da magistratura de contribuir com o parlamento, por meio da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), para que a proposta oriunda do Governo Federal fosse aperfeiçoada por meio do diálogo construído em um ambiente democrático, a verdade é que o relatório final foi aprovado sem considerar um único destaque em favor dos trabalhadores públicos, retirando e reduzindo, de maneira dura, direitos de



Divulgação

Angelo Santos, presidente da AMMA foi quem assinou o documento

servidores públicos civis. “O que, certamente, gerará o desmonte do serviço público”, assinalou.

Segundo a entidade, “é espantoso que, mesmo depois de diversos alertas feitos por especialistas previdenciários e juristas, o relatório final aprovado insista com a desconstitucionalização do Sistema Previdenciário brasileiro, remetendo para lei complementar, por exemplo, a imposição de

extinção de todos os Regimes Próprios de Previdência já existentes, com a consequente migração obrigatória dos servidores para o Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Trata-se de verdadeiro retrocesso social”.

“Não é admissível que os servidores, de um modo geral, e a magistratura, em particular, sejam vítimas de

injustiça. Desta forma, a AMMA segue acreditando no diálogo como meio de reparar tais impropriedades aprovadas na Comissão Especial e pede, à bancada federal maranhense, que considere os apelos dos servidores públicos do Estado do Maranhão, que ecoam também em outros estados da União, durante a tramitação do projeto”, finaliza Angelo Santos.

Aprovação

O texto-base da Reforma da Previdência foi aprovado na última sexta-feira na Comissão Especial instalada na Câmara Federal para apreciar a matéria. Ao todo, 36 parlamentares votam de forma favorável e outros 13 deputados, de forma contrária.

Os únicos maranhenses membros do colegiado, deputados João Marcelo (MDB) e Cléber Verde (PRB), não compareceram à votação.

Foram intensas 16 horas de debates até a conclusão da votação do parecer apresentado por Samuel Moreira.

Durante a apreciação os deputados derrubaram, em bloco, 99 destaques individuais. Depois, na análise dos destaques dos partidos, apenas 2, de um total de 17, foram aprovados.

A matéria agora precisará ser analisada pelo Plenário da Câmara e pelo Senado da República.

Onixy acredita em aprovação de reforma

BRASÍLIA

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou ontem que, nos cálculos do governo, já existem cerca de 330 votos para aprovar a proposta de reforma da Previdência no plenário da Câmara nesta semana.

“Temos um cálculo realista ao redor de 330, com pé bem no chão, caminhamos para ter algo em torno de 330 e pode ser até mais do que isso. É uma margem que a gente acredita ser possível”, afirmou na saída de reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O ministro disse que, durante o encontro, foram discutidos procedimentos para dar início à votação da matéria na terça-feira, como já anunciou Maia. O secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, também esteve na casa de Maia.

Onyx disse ainda acreditar que não haverá desidratação da reforma durante a fase de plenário, “é claro que pontualmente alguma questão pode surgir no plenário”, mas reafirmou que a intenção é manter a potência fiscal da proposta ao redor de R\$ 1 trilhão. “Estamos conseguindo sensibilidade

das bancadas”, disse e completou: “Este governo fala pouco, trabalha muito e colhe resultados”.

O ministro disse que o processo de votação da matéria será iniciado na terça-feira, mas previu que a votação em si só ocorrerá de fato na quarta-feira. Para ele, no plenário, pode haver até uma proporção maior de votos do que na comissão

Ministro acredita em 330 votos na Câmara

especial.

Onyx afirmou também que o governo defende que o pedágio de 100% para se conseguir a aposentadoria deve valer para todos.

Sobre os policiais, que ainda

devem pressionar por ajustes favoráveis à categoria no plenário, o ministro explicou que existem muitas questões a serem tratadas que não são só em torno da idade, mas avaliou que mudanças importantes já foram feitas na comissão especial. “Me parece que o texto aprovado na comissão já contempla questões importantes para policiais”, disse.

Contestado por jornalista sobre se o parecer atenderia mesmo às demandas da categoria, Onyx repetiu: “Na avaliação que nós temos, já há no texto uma possibilidade de que isso esteja atendido”. Mesmo assim, Onyx disse que técnicos ainda farão uma avaliação bastante detalhada sobre o pleito dos policiais para discutirem melhor o assunto. “Eu devo receber na tarde de hoje uma análise sobre isso”, finalizou o ministro. ●

CARTÓRIOS

Tribunais têm autonomia sobre cota



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que os tribunais têm total autonomia para incluir, ou não, a previsão de vagas para cotas raciais nos concursos públicos para outorga de delegação de serviços notariais e registrais, visto que se trata de atividade privada. A orientação foi tomada durante a 49ª sessão virtual do CNJ, realizada no final de junho. De acordo com a relatora do processo, conselheira Daldice Santana, fica “a critério de cada Corte, no exercício de sua autonomia administrativa, a instituição de política de cotas nos concursos dessa natureza”. O julgado é resultado do Procedimento de Controle Administrativo (PCA), que questionou decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). A Resolução CNJ n. 203/2015, que dispõe sobre a reserva aos negros no âmbito do Poder Judiciário, não assegura a reserva de vagas a candidatos negros na hipótese de concurso público para ingresso em atividade notarial e registral.

O dispositivo determina apenas que 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura e para cargos efetivos do quadro de pessoal dos órgãos do Judiciário devem ser destinadas ao sistema de cotas.

“A atividade notarial e registral não se enquadra no conceito de serviço público”, já havia definido o CNJ em julgamento realizado durante a 10ª Sessão Virtual, em abril de 2016. A própria Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas (CEOGP) do CNJ opinou pela impossibilidade “de que o Conselho Nacional de Justiça determine aplicação da Resolução CNJ n. 203/2015 aos certames previstos na Resolução/CNJ n. 81/2009, tendo em conta que aquela fora elaborada levando em consideração um público específico, magistrados e servidores ativos do Poder Judiciário pátrio”, disse a relatora.



"MAPA" PARA O SUCESSO

Maranhão aposta em parcerias para crescer

O advogado Antônio Nunes(FOTO) tomou posse como novo presidente da empresa Maranhão Parcerias, a Mapa, após deixar a Secretaria de Governo. Em entrevista a **O Imparcial**, o novo presidente da entidade explica seu funcionamento, objetivos e desafios à frente da gestão.

PÁGINA 3

MAPA

Maranhão aposta em parcerias para crescer

Em entrevista, o novo presidente da empresa Maranhão Parcerias (Mapa), Antônio Nunes, destaca os principais projetos elaborados para serem implantados no Estado

O advogado Antônio Nunes tomou posse como novo presidente da empresa Maranhão Parcerias na última sexta-feira (5), após deixar a Secretaria de Governo. Em entrevista a **O Imparcial**, o novo presidente da entidade explica seu funcionamento, objetivos e desafios à frente da gestão.

O que é a Mapa?

Antônio Nunes – A Maranhão Parceria é uma sociedade de economia mista constituída na forma de sociedade anônima, criada a partir da transformação da antiga EMARHP, com o propósito de alavancar o desenvolvimento econômico e social do Estado, a partir de muitas novas atribuições dadas a ela, muitas das quais voltadas a atender a administração direta. E por que isso? A sua estrutura empresarial permitirá maior mobilidade e agilidade na elaboração e na condução de projetos estratégicos para o nosso desenvolvimento, sobretudo na área de infraestrutura, mediante parcerias com o setor privado.

Nesse contexto, é objetivo da Mapa ampliar e aprofundar o diálogo com a iniciativa privada, para buscar investimentos privados em projetos de desenvolvimento do Maranhão.

Qual a necessidade do governo criá-la agora, em um período de diminuição de despesas?

A Mapa emerge justamente para enfrentar o cenário de crise nacional. A necessidade de ajuste fiscal porque passa o país como um todo requer, de um lado, a redução de despesas, mas,



ANTÔNIO NUNES É O NOVO PRESIDENTE DA EMPRESA MARANHÃO PARCERIAS

por outro, inegavelmente, a expansão de receitas, o que exige parcerias com o capital privado para a expansão de investimentos para o Maranhão. Como eu já disse na resposta anterior, o governador Flávio Dino, atento às necessidades de garantia de maior agilidade aos negócios a serem celebrados com o Estado do Maranhão com parceiros privados e outras entidades do setor público, criou a Empresa Maranhão Parcerias – Mapa, com estrutura moderna e ágil. Orientando-se dentro de uma dinâmica de mercado a MAPA será porta de entrada de investimentos de capitais no Estado.

Quais serão os projetos prioritários da Mapa?

os da Mapa?

A Mapa está desenvolvendo um portfólio de projetos, em sua maioria voltados para infraestrutura nas áreas tecnologia da informação, saneamento e etc., base de desenvolvimento de outras áreas. Para o Plano Plurianual 2020/2023 a Mapa concentrou suas ações em três linhas: Gestão de Negócios Públicos; Gestão de Serviços Terceirizados; e Gestão de Negócios Imobiliários.

Atualmente, já estão em andamento projetos como PPP Prisional, PPP Fibra Óptica, Cidade da Justiça, Casa da Criança Fundo de Investimento Imobiliário etc.

Centro terá estacionamento com 800 vagas

Quais as diferenças a EMARPH para Mapa?

Eu repito que a Mapa nasce da transformação da EMARHP, porém, a EMARHP tinha por objeto a administração de antigos financiamentos concedidos pelo Sistema Financeiro da Habitação e também gestão de obrigações remanescentes de outras empresas públicas incorporadas e/ou liquidadas, a exemplo da Cohab, Maratur etc. Nesse cenário, a EMARHP não estava estruturada para a busca de investimentos e formação de ativos.

A partir do Estatuto das Estatais, que permitiu a dinamização das empresas públicas, ao conferir diversas possibilidades antes inexistentes, tais como a celebração de parcerias estratégicas, maior flexibilidade na contratação de ativos, etc., nasce a Mapa, que concentrará a gestão do acervo imobiliário do Estado, da própria empresa e também do Fepa, além da gestão do Fundo Estadual Imobiliário, criado como forma de rentabilizar os imóveis do Estado e propiciar mais investimentos e mais riquezas para o Maranhão. E aqui faço questão de frisar que os imóveis do Fepa não estão sendo transferidos para a Mapa, apenas a gestão dos mesmos que ficarão com a Mapa, no escopo de monetizar recursos para garantir o pagamento das aposentadorias e pensões devidas pelo Iprev.

Sinto-me honrado por ser designado pelo governador Flávio Dino para estar à frente da estruturação e condução da Mapa

O senhor poderia detalhar melhor os projetos de maior destaque?

A PPP Internet para Todos engloba a implantação, operação e manutenção de fibra óptica de transporte de dados e serviços em protocolo para conexão de pontos de interesse da administração pública estadual e pontos de Wi-fi em locais públicos. O projeto contará com 6.507 quilômetros de fibra óptica, abrangendo as 70 mai-

ores cidades, além das 30 que fazem parte do programa Mais IDH. Pensado a partir de concessão administrativa, com possibilidade de receita acessória via exploração comercial da estrutura óptica. Com isso tiraremos o Maranhão da exclusão digital, atendendo mais de 70% da população.

O Estacionamento no Centro Histórico, com criação de 796 vagas, em terreno localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, no Centro de São Luís, ao lado do Terminal da Integração da Praia Grande, com a finalidade de atenuar os efeitos colaterais urbanísticos decorrentes da ocupação do Ed. João Goulart com órgãos da administração direta.

A Cidade da Justiça, que será a construção e manutenção de estrutura composta por edifícios para abrigar novas sedes do TJMA, PGE e DPE, na área do Sítio Santa Eulália.

A Casa da Criança, voltada para a criação e manutenção de centros de excelência para a primeira infância, assim como à gestante e à família, com vistas ao desenvolvimento integral do indivíduo.

Qual o balanço da sua gestão na SEGOV?

Com o apoio incondicional do governador Flávio Dino e da nossa equipe, estive a frente da Secretaria de Estado de Governo de março de 2016 até o último mês de junho, período em que pude contribuir com várias ações, dentre as quais destaco: A Estruturação da Unidade PPP, com a revisão legislativa, com a implantação do comitê gestor de PPP e criação do Fundo Garantidor, o que inclusive gerou depois a criação da Mapa. Cabe fazer uma ressalva, que se trata de PPP no sentido amplo da palavra, a exemplo do negócio feito para restauração do Edifício João Goulart, fechado há mais de 20 anos e que irá contribuir para a revitalização do centro histórico, trazendo 500 servidores para trabalhar naquele prédio.

Coordenação de diversos grupos

de trabalho, com resultados efetivos, como o da reforma do mercado da Cidade Operária, cuja a primeira etapa está próxima da conclusão, o da criação do programa Mais Emprego que abrangeu a elaboração dos subprogramas Mais Emprego, Mutirão Rua Digna e Mais Asfalto, assim como os da elaboração dos programas Maranhão Juros Zero, Cartão Universitário, Maranhão Verde, Adote um Casarão e agora, o Nosso Centro.

Criação e presidência do Comitê de Apoio Técnico aos Municípios, em prol do selo Unicef, com a maior adesão de municípios na nossa história e a maior em números (209 municípios), dentre todos os estados envolvidos, contando com apoio financeiro aos Municípios participantes por parte do Governo do Estado.

Implantação em parceria com a Fapema, do Programa de Bolsas de Pesquisa e Inovação em Gestão de Políticas Públicas para 56 trainees e 42 estagiários da Uema, distribuídos em dezenas de programas das demais secretarias.

Condução da Unidade Gestora de Programas de Financiamento com a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que possibilitaram a execução dos Programas: Caminhos da Produção com a aquisição de motoniveladoras, Pacto pela Paz com a aquisição de viaturas, Mais Asfalto com a recuperação e melhoria de rodovias.

E por último, a implantação do Núcleo de Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental com a função de acompanhar, analisar e avaliar os 65 compromissos de governo. Através desse monitoramento, foi possível responder os questionamentos formulados pelo portal de notícias G1, acerca do cumprimento das promessas de campanha firmados pelos Governadores de todo o Brasil, no qual, nos últimos três levantamentos, o Governador Flávio Dino ficou em 1º lugar, como o gestor que mais cumpriu) suas promessas de governo.